

ATA N.º 20

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA

EM 24 DE JUNHO DE 2016: Aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e dezasseis, reuniu pelas vinte e uma horas, em sessão ordinária, na Escola Profissional Vasconcellos Lebre, a Assembleia Municipal, cuja Mesa foi constituída pela Senhora Presidente da Mesa, Daniela de Melo Esteves e pelos 1.º e 2.º Secretário, o Senhor António Ferreira Ribeiro e a Senhora Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: Período Destinado à Intervenção do Público; Período Antes da Ordem do Dia; Ordem do Dia: -----

- 1) Votação da Ata n.º 19; -----
- 2) Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----
- 3) Carta Educativa – Revisão; -----
- 4) Listagem dos Compromissos Plurianuais; -----
- 5) Revisão Orçamental; -----
- 6) Reorganização Administrativa Territorial Autárquica – Proposta n.º 15/2016; -----
- 7) 1ª Alteração do Mapa de Pessoal 2016 – Proposta n.º 17/2016; -----
- 8) Atualização de Estatutos da Agência Regional de Energia do Centro (AREAC); -
- 9) Correções Materiais ao Plano Diretor Municipal de Mealhada. -----

O 1.º Secretário da Mesa, Senhor António Ferreira Ribeiro, procedeu à chamada dos membros da Assembleia Municipal. -----

Os Senhores Deputados Municipais, Rodrigo Manuel Gomes Breda, Bruno Manuel Pereira Coimbra, Luís Filipe Tovim Ferreira, António Miguel de Miranda Ferreira, António Nogueira das Neves, Luís Miguel Pereira Brandão e Sandra Isabel Ferreira Carvalho solicitaram a sua substituição o que veio a verificar-se por Tiago Miguel dos Santos Neves da Costa Ângelo, Paula Cristina Cardoso P. Machado Pinto, Paula Sofia da Rocha Lima de Almeida, Pedro Manuel Esteves Almeida Simões, João Manuel Lima Louceiro, Iola Marina Gaspar Batista e Fernando Manuel da Silva de Melo, respetivamente. A Senhora Deputada Municipal, Paula Sofia da Rocha Lima de Almeida, não esteve presente. -----

PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

Não havendo intervenções, a Senhora Presidente da Mesa deu início ao PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

- 1) Interveio o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Casal Comba para felicitar a Câmara Municipal pela organização do FESTAME (início 21 horas e 10 minutos; fim 21 horas e 13 minutos). -----
- 2) A Senhora Deputada Municipal, Paula Coelho, pediu a palavra, referindo que em nome das três bancadas, iria apresentar à Mesa uma Recomendação, subscrita por todos os membros das mesmas, a fim de ser lida pela Senhora Presidente da Mesa e posta à consideração pelos membros da Assembleia (início 21 horas e 14 minutos; fim 21 horas e 15 minutos). -----

Seguidamente a Senhora Presidente da Mesa, procedeu à leitura da Recomendação, que a seguir se transcreve: -----

-----RECOMENDAÇÃO-----

Assembleia Municipal Ordinária de 24 de Junho de 2016 -----

O concelho da Mealhada dispõe dos serviços de Conservatória de Registo Civil, Predial, Comercial e Automóvel. -----

Todavia, e com muita dificuldade que os cidadãos vem concretizados os seus pedidos junto daqueles serviços, quer seja, registos de prédios, registos de natureza comercial, averbamentos, rectificações, divórcios ou escrituras. -----

Quando os mesmos são solicitados ao balcão, nas próprias instalações, os motivos apresentados para não realização dos actos requeridos, são vários. Invariavelmente, são alegados impedimentos relacionados com a documentação ou com alguma indisponibilidade dos serviços, ou ate mesmo, de agenda. -----

Atendendo à não existência do critério territorial para a prática de actos (escrituras, registos, divórcios, etc.), os cidadãos impedidos de os realizar na Conservatória de Registo Civil, Predial, Comercial e Automóvel da Mealhada, conforme supra referido, vem-se obrigados a recorrer a outras, de preferência nos concelhos limítrofes. Nestas conservatórias, sem quaisquer obstáculos, nem surpresa, são concretizados os actos cuja prática é rejeitada na identificada Conservatória da Mealhada. -----

A percepção de quem se dirige a conservatórias de outros concelhos e que não há surpresa pela procura daqueles serviços apesar da sua existência na Mealhada. --

A situação, sumariamente, relatada causa evidentes prejuízos aos cidadãos que, apesar de disporem dos serviços se veem impedidos de usufruir dos mesmos. ----

Contudo, nem sempre foi assim. -----

Até Setembro de 2013, a Conservatória de Registo Civil, Predial, Comercial e Automóvel da Mealhada funcionava em pleno, sendo certo que a partir da referida data a situação se alterou, não obstante se manterem em funções os mesmos funcionários que são dedicados, competentes, disponíveis, polivalentes e inexcedíveis no exercício das suas funções com um atendimento irrepreensível. ---

A situação não pode manter-se sob pena de por em causa a eficiência dos serviços prestados pelo próprio Estado. -----

Assim, propõe-se que a Assembleia Municipal da Mealhada aprove a presente Recomendação de dirigir as entidades a seguir identificadas um pedido de tomada de posição relativamente a questão exposta com a competente averiguação da mesma e uma conseqüente intervenção profícua e eficaz no sentido de fazer funcionar os serviços instalados. -----

- Presidente do Instituto dos Serviços de Registos e Notariado -----

- Inspector dos serviços de avaliação do Instituto dos Registos e Notariado -----

- Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da Republica -----

- Senhora Ministra da Justiça -----

Com Conhecimento a Senhora Conservadora da Conservatória de Registo Civil, Predial, Comercial e Automóvel da Mealhada -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Folha n.º 146

*A deliberação devera ser tomada em minuta para produção de efeitos imediatos --
Os Deputados Municipais -----
(assinaturas) -----*

*Não havendo intervenções sobre o assunto, a Senhora Presidente da Mesa pôs a
Recomendação à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. Esta
deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos
do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.(início 21
horas e 16 minutos; fim 21 horas e 20 minutos) -----*

*3) Interveio o Senhor Deputado Municipal, Manuel Jacinto, para felicitar a realização
do FESTAME e solicitar informação sobre os procedimentos da reposição das
freguesias.(início 21 horas e 20 minutos; fim 21 horas e 25 minutos) -----*

*A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara
Municipal para responder à questão colocada sobre a reposição das freguesias.
(início 21 horas e 26 minutos; fim 21 horas e 30 minutos) -----*

*Não havendo mais intervenções foi iniciado o **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----
1)VOTAÇÃO DA ATA N.º 19: -----*

*A Senhora Presidente da Mesa colocou à votação a Ata n.º 19. -----
O Deputado Municipal, Senhor João Louceiro, pediu a palavra para ler a seguinte
intervenção: -----*

*O PCP expressa um veemente protesto perante a forma adotada para as atas das
sessões desta Assembleia. É um protesto que dirige à mesa, que envolve todos os
eleitos que são coniventes com este formato de atas e que responsabiliza, em
primeiro lugar, a Sr.ª Presidente, por, ao aceitar isto, não pugnar pela dignificação
deste órgão, pela transparência do seu funcionamento, decisões e discussões e
pela facilitação do acesso dos munícipes às posições que os eleitos autárquicos da
Mealhada assumem. -----*

*Vejam-se alguns exemplos que posso dar na mesmíssima condição em que estará
qualquer munícipe que pretenda inteirar-se do que se passou na Assembleia
Municipal. -----*

*A Senhora Deputada Municipal Paula Coelho informou sobre os assuntos tratados
em reunião da Comunidade da Administração Regional de Saúde do Centro. O que
fico a saber sobre eles?! "início 21 horas e 19 minutos; fim 21 horas e 22 minutos"...*

*O Senhor Presidente da Câmara interveio para responder às perguntas da Senhor
Deputada Paula Coelho acerca da sentença da fábrica Alcides Branco, tendo
começado a falar às 21 horas e 51 minutos e terminado às 22 horas e 15 minutos.
Não sei o que disse; tão só que demorou cerca de 24 minutos a dar os
esclarecimentos que entendeu. -----*

*Sobre a Moção apresentada pela CDU, "Pela reposição das freguesias", que viria a
ser chumbada por pruridos de linguagem – o que também não pode ser apreciado
pela ata – registo que o Senhor Deputado Municipal Bruno Coimbra pediu a palavra
e, no uso da mesma, falou entre as 22 horas e 20 e as 22 horas e 40 minutos.
Mesmo sem ter prerrogativas de bruxo, talvez consiga adivinhar, mais ou menos, o
conteúdo da intervenção, vinda de um eleito que votou favoravelmente a extinção*

das freguesias na Assembleia da República, embora por cá fosse cuidando de mostrar uma simpatia mitigada com a contestação ao processo. -----

Mas se consigo adivinhar o que possa ter sido a intervenção do eleito Bruno Coimbra, não me conformo com o que me é dado a conhecer quanto à declaração de voto (contra, diga-se) da eleita Paula Coelho: início 22 horas e 45 minutos; fim 22 horas, 48 minutos! E sem desprimor para as outras declarações, mais me penaliza não poder aceder ao conteúdo da declaração de voto do Senhor Presidente da União de Freguesias, cujo posicionamento sobre esta matéria, como munícipe, me suscita uma especial curiosidade. Não me basta saber que arrumou o assunto em cerca de um minuto. -----

Também não aceito que os esclarecimentos adicionais de que foi incumbido o Senhor Vereador Calhoa Morais, acerca da questão da Maxi- Vidro, para além dos outros, dados pelo Senhor Vice-Presidente, fiquem ocultados sob duas referências cronométricas. -----

Senhora Presidente, -----

Senhores Deputados, -----

O PCP considera inaceitável que esta opção, que mais parece uma brincadeira em que é envolvida a Assembleia e são desrespeitados os munícipes, prossiga. Com o devido respeito, a Assembleia Municipal da Mealhada não é um clube de bairro onde nos juntamos para falarmos do que nos interessa e muito menos uma loja maçónica ou qualquer organização secreta onde o que cá se passa é para ficar em segredo. -----

Acrescentamos que, não fosse isto já suficientemente grave, não encontramos no sítio da autarquia as gravações que poderiam minorar, mas nunca resolver, esta intolerável tropelia. -----

O PCP apela a que esta Assembleia retifique, de imediato, a prática adotada, um apelo que é dirigido, em primeiro lugar, à senhora presidente. -----

Pelo exposto, o PCP não pode aprovar atas que são uma formalidade aligeirada e que bloqueiam o acesso dos cidadãos aos conteúdos destas reuniões. -----

Os eleitos do PCP, -----

Isabel Lemos, João Louceiro -----

(início 21 horas e 32 minutos; fim 21 horas e 36 minutos) -----

A Senhora Presidente da Mesa esclareceu que o modo de elaboração das atas foi aprovada por todos os membros da Assembleia Municipal e que as intervenções sobre o assunto revelam total desconhecimento sobre a natureza de uma ata. Referindo-se à intervenção anterior, relembra que uma vez já manifestaram desagrado pelo protagonismo que lhes é dado em ata. Mais informa que a gravação integral das sessões está disponível a todos os cidadãos, no mesmo sítio onde está publicada a ata escrita, refutando a crítica de falta de transparência, considerando ser difícil haver mais publicidade. A ata contém a indicação das intervenções com a hora e os minutos o que facilita a consulta e a responsabilidade da forma das atas é de todos os que votaram. (início 21 horas e 36 minutos; fim 21 horas e 40 minutos)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Folha n.º 147

O Senhor Deputado Municipal, João Louceiro, voltou a intervir, referindo-se ao modo de elaboração das atas e o ao regimento. (início 21 horas e 40 minutos; fim 21 horas e 42 minutos) -----

A Senhora Presidente da Mesa voltou a intervir, referindo que a Mesa está a cumprir com a decisão tomada pela Assembleia Municipal. (início 21 horas e 42 minutos; fim 21 horas e 43 minutos) -----

Não havendo mais intervenções, votaram a favor os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Manuel Jacinto Gaspar Silva, Tiago Miguel dos Santos Neves da Costa Ângelo, António Ferreira Ribeiro, Ana Paula Ribeiro Coelho, Nuno Miguel Cerveira de Melo, Jorge Filipe de Almeida, Maria de Lurdes de Jesus C. Bastos, Manuel Amorim da Silva, António da Silva Laranjeira, Fernando Manuel da Silva de Melo, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis e os Senhores Presidentes de Junta, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Manuel Lindo Cardoso, Claudemiro Manuel Jesus Semedo, Vítor Manuel Alves de Matos, João Carlos Ferreira dos Santos e Carlos Ferreira da Rocha Gomes. Abstiveram-se os Senhores Deputados Municipais: Paula Cristina Cardoso P. Machado Pinto, Maria Clara Luxo Correia, Ana Filipa Varela Soares Pereira, Pedro Manuel Esteves de Almeida Simões, Iola Marina Gaspar Batista e Isabel Dias Santiago. Votaram contra, os Senhores Deputados Municipais: Maria Isabel Pinto Lemos e João Manuel Lima Louceiro. -----

A Ata n.º 19 foi aprovada por maioria com 18 votos a favor, 6 abstenções e 2 votos contra. (início 21 horas e 43 minutos; fim 21 horas e 44 minutos) -----

2) INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO (Ponto 2 da Ordem do Dia): -----

A Senhora Deputada Municipal, Isabel Lemos, pediu a palavra para ler a seguinte intervenção escrita: -----

“Na reunião da AMM de 26/02/16, a CDU solicitou informações sobre o perfil socioeconómico dos alunos contemplados com as bolsas de mérito, para assim poder ajuizar da justeza dos argumentos que levaram a CDU a votar contra o regulamento de atribuição das referidas bolsas. E isto porque para a CDU, a existências daquelas configura uma medida de reprodução das desigualdades sociais, como aliás, na altura, sobejamente afirmámos. Então, no dia 24 de maio último, enviámos uma mensagem, via correio eletrónico, ao senhor vice-presidente, que tem a responsabilidade da educação no executivo municipal, recordando-lhe que se comprometera a dar as informações pedidas, aquando da AMM de 26 de fevereiro. No dia 31 de maio a CDU recebeu finalmente a resposta e ... pasme-se! ela apenas continha a transcrição do regulamento da atribuição das bolsas de mérito, exatamente o mesmo que a CDU contestou e contra a qual votou. Se não foi má vontade política e receio de, ao delinear genericamente o ambiente familiar dos alunos, sobretudo no que se refere ao rendimento, dar razão aos argumentos da CDU, pelo menos foi de muito mau gosto e deselegante. Poderia o sr.vice-presidente invocar muitos argumentos, o desconhecimento dessas informações, até

refugiar-se na confidencialidade de dados; poderia, gentilmente remeter para o estrito cumprimento do regimento, agora dar a resposta que deu, deixa-nos no mínimo indignados com a falta de respeito para com o trabalho sério que os eleitos da CDU pretendem desenvolver na defesa da boa gestão dos dinheiros públicos e dos interesses de todos os munícipes. -----

Os eleitos da CDU -----

Isabel Lemos, João Louceiro -----

(início 21 horas e 44 minutos; fim 21 horas e 45 minutos) -----

O Senhor Vice-Presidente pediu a palavra para responder à intervenção anterior, esclarecendo que é o agrupamento de escolas que seleciona os alunos que têm direito à bolsa e comunica à Câmara Municipal. (início 21 horas e 45 minutos; fim 21 horas e 48 minutos) -----

O Senhor Deputado Municipal, João Louceiro, pediu a palavra solicitando esclarecimento sobre o ponto da situação das obras propostas e aprovadas do Orçamento Participativo. (início 21 horas e 49 minutos; fim 21 horas e 50 minutos) -

A Senhora Vereadora, Arminda Martins, interveio para responder à questão colocada enumerando as obras já executadas e outras cujos projetos já foram elaborados e aprovados e se encontram em fase de execução. (início 21 horas e 51 minutos; fim 21 horas e 54 minutos) -----

3) CARTA EDUCATIVA - REVISÃO: -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal pediu a palavra para esclarecer que a Câmara Municipal está obrigada a rever a Carta Educativa que já foi aprovada pela Câmara Municipal e a apresentar um projeto educativo municipal. A Carta Educativa foi elaborada pelo Senhor Professor António Rochete que se encontra presente para apresentar o trabalho e prestar quaisquer esclarecimentos. (início 21 horas e 55 minutos; fim 21 horas e 56 minutos) -----

O Senhor Professor António Rochete usou da palavra para apresentação da Carta Educativa. (início 21 horas e 57 minutos; fim 22 horas e 17 minutos) -----

A Senhora Deputada Municipal, Isabel Lemos, pediu a palavra, e no uso da mesma, leu a seguinte intervenção: -----

"Para começar gostaríamos de ser informados acerca da questão formal levantada pela DGEST no Conselho Municipal de Educação. -----

A CDU sempre foi, e cada vez mais será, contra os grandes agrupamentos de escolas. Opiniões variadas e fundamentadas, nacionais e internacionais (Grã Bretanha, EUA, Finlândia, citando só países muitas vezes referidos em estudos do âmbito educativo), consideram que grandes unidades orgânicas são de difícil gestão, propiciadoras de maiores gastos e menor eficácia educativa, designadamente no que se refere ao desenvolvimento de competências sociais. Nos EUA, por exemplo, as unidades orgânicas foram redimensionadas, a partir dos 600 alunos para diminuir a indisciplina e a violência nos recintos escolares. Na verdade, a responsabilidade da gestão administrativa e até pedagógica dilui-se nas várias plataformas, desenvolvendo pequenos poderes de proximidade, sem qualquer justificação democrática. Sabemos do que falamos e até nem sequer

estamos a falar de realidades longínquas mas sim do agrupamento da Mealhada; por vezes uma orientação emanada da direção é interpretada e aplicada diferentemente pelos vários responsáveis locais. É impossível a direção poder conhecer e até controlar tudo aquilo por que é responsável. Sabemos que a decisão de agrupar escolas é da responsabilidade de vários governos: do PS, do PSD, do PSD-CDS. Sempre nos opusemos e continuaremos a fazê-lo. Sabemos que a decisão de agrupar escolas e de anular várias unidades orgânicas nada teve a ver com o interesse dos alunos e dos Encarregados de Educação, nada teve a ver com a qualidade das aprendizagens, nada teve a ver com o desenvolvimento das competências sociais ou da formação de cidadãos de espírito democrático, “conscientes, interventivos criativos e inovadores” (cf. Carta Educativa da Mealhada) mas sim com intuítos economicistas, de redução de pessoal docente e não docente, exatamente ao contrário do que tem norteadado a política educativa na Finlândia que é um dos países com a taxa mais alta de dinheiros públicos investidos na educação (entre os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento na Europa), em que se tenta que a escola se localize próximo da residência dos alunos. Talvez por isso, nos últimos anos, os do governo de Nuno Crato, este tivesse deixado de falar das bondades da educação finlandesa. Gostaríamos de deixar aqui um exemplo do que falámos: uma jovem mãe confienciava, nos últimos dias que ia matricular o seu filho (2.º ano, 1.º CEB) numa escola pequena, de um concelho limítrofe, porque a sua criança se amedronta, se desorienta no Centro Educativo da área da sua residência, pela dimensão, pelo barulho, pela dificuldade de manter as crianças em segurança durante os intervalos. Isto é verdade; não inventamos. E isto derrota os argumentos de que esses espaços têm melhores condições de aprendizagem. É que o segredo da boa educação finlandesa realmente não está na parafernália tecnológica, mas numa aposta nas duas bases de qualquer sistema educacional. A primeira é o currículo amplo, que inclui o ensino sério de música e artes e a segunda é a formação de professores. - Lamentamos, mas não vemos qualquer tendência de modificação no concelho, do estado da educação, no âmbito da organização, nesta revisão da Carta Educativa. Os eleitos da CDU -----

Isabel Lemos, João Louceiro” -----

(início 22 horas e 18 minutos; fim 22 horas e 21 minutos) -----

A Senhora Deputada Municipal, Filipa Varela, referiu que iria analisar o documento entregue mas que este não tinha o mesmo desenvolvimento que a apresentação feita, o que lamentava uma vez que aquele é que fica para memória futura. Acrescentou que a Carta Educativa é um documento essencial de planeamento estratégico da educação do Município, sendo exaustivo na componente teórica mas manifestamente curto na análise. (início 22 horas e 22 minutos; fim 22 horas e 30 minutos) -----

A Senhora Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor Deputado Municipal, João Louceiro, e no uso da mesma, leu a seguinte intervenção: -----

“O PCP deixar algumas notas da leitura que faz deste novo documento que é trazido à Assembleia Municipal. -----

Com a consideração que merece o trabalho desenvolvido, há uma primeira questão que se impõe: quanto custa?! Esperamos obter resposta, lembrando que, há tempos, formulámos pergunta semelhante, acerca da Carta Social, mas que ficou sem a resposta devida pelo senhor presidente da Câmara. -----

Num primeiro momento gostaríamos de fazer uma apreciação geral do documento.- Entendemos que o que há de mais relevante na Carta são, em especial, o estudo e as projeções demográficas – cujo interesse, aliás, extravasa o âmbito da Carta – e da população escolar. A Carta tem outros conteúdos mas boa parte deles acabam por ser constatações sobre medidas de política educativa já tomadas e alguns dos seus resultados, como é o caso das que, nos últimos anos fizeram do encerramento de escolas e construção de centros escolares uma espécie de caminho sem alternativa; outros conteúdos afiguram-se-nos mais como elementos auto justificativos da própria Carta Educativa. -----

Dos dados e projeções demográficas sobressaem preocupações que, estamos em crer, todos partilhamos: as que resultam do registo e projeção de perdas de habitantes no concelho e do envelhecimento populacional. Como a própria Carta reconhece, sendo condicionantes problemáticas, não serão necessariamente irreversíveis, o que importa ter em conta. -----

Ao nível da população em idade escolar, o cenário não é risonho, dando nota, como a Carta reconhece, da quebra nos nascimentos anteriormente projetados. -----

As situações vividas nas freguesias da Vacariça e de Casal Comba são particularmente preocupantes. Tarda a tomada de medidas que contrariem os decréscimos registados e projetados. Entendemos que o seguidismo verificado quanto ao encerramento de estabelecimentos e a concentração de alunos em centros escolares está a contribuir para aquelas situações e a negar uma coesão territorial que a própria Carta defende. -----

A Carta dá nota de que os valores estimados para a frequência do pré-escolar poderiam ser mais elevados, não o sendo em virtude do carácter opcional da frequência. Parece-nos que a autarquia pode contribuir para a estimular, mesmo sem esquecer que o atual governo inscreveu no seu programa medidas que visam a respetiva universalização. -----

O registo de uma tendência associada ao ensino secundário de aumento da população escolar é um dado que registamos com agrado e que esperamos que seja confirmado, também, como resultado das medidas de moralização e respeito pela lei que o atual governo adotou quanto à celebração de contratos de associação com o ensino privado. -----

Num segundo momento, entendemos deixar algumas das apreciações sobre linguagem e conceitos que nos suscita a leitura do documento. -----

Não nos revemos na conceção de educação citada nas Notas Introdutórias. É uma conceção redutora, centrada no plano económico, ditada por visões que procuram instrumentalizar a educação ao serviço do chamado mercado do trabalho, melhor é

dizer dos interesses das classes dominantes e do capital. Para nós, a educação tem dimensões políticas, de cidadania e de desenvolvimento individual e coletivo – digamos, de busca da felicidade humana! – que não se podem subjugar mas apenas concertar com o que ao plano económico diz respeito. -----

Nos critérios gerais apontados para o planeamento da rede educativa, surge a “liberdade de escolha da escola/projeto educativo”... Discordamos da invocação deste conceito que tem sido argumento ideológico usado pela direita. Espremido, e no contexto em que é usado, verte pouco conteúdo e é desadequado à realidade que temos. O que é preciso é, também ao nível da rede, contribuir para criar condições para que as respostas educativas tenham cada vez mais qualidade, garantindo o seu carácter democrático, de sucesso educativo e de igualdade de oportunidades. -----

Para além da dita “liberdade de escolha”, há expressões que nos parecem, nos dias que correm, de utilização quase ritual mas, afinal, pouco densas de significado. Exemplos: “território educativo de excelência”, insistentes referências a “projetos educativos” ou a “mudança de paradigma do planeamento”, sem explicitar em que consistem, se é que existem. -----

Ainda uma última referência a questões de linguagem... -----

As freguesias da Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes não “se uniram”... Foi-lhes imposta a agregação pela maioria PSD/CDS! -----

Gostaríamos, em seguida, de deixar algumas notas sobre o que nos parecem ser uma ou outra insuficiência do documento, o que, estamos certos, não será entendido como crítica destrutiva, o que nem seria justo perante o trabalho desenvolvido! -----

No texto surge uma referência à ligação ferroviária entre Pampilhosa e Figueira da Foz (p. 24). Infelizmente as considerações estão ultrapassadas pela decisão política do encerramento da linha, uma má decisão que, quanto a nós, não tem merecido a adequada contestação da Câmara Municipal. -----

Várias vezes, no texto, aparecem indicações de reduções seguidas de valores percentuais negativos. Salvo melhor opinião, é uma questão de rigor matemático. Por exemplo, dizer que houve uma “redução de cerca de -40%” acaba por expressar o contrário do que se pretende. Se é redução, como é o caso, é de 40% e não de -40%! -----

A matriz SWOT apresentada na p. 97 contem alguns itens que nos levantam dúvidas, quer sobre a forma como foram classificados, quer quanto à sua pertinência. Não damos, como adquirido, por exemplo, que o encerramento de estabelecimentos, ditado pelo número de alunos, seja uma potencialidade... -----

Enquanto há um tratamento de dados referente à situação laboral dos docentes – onde ressalta a enormíssima precariedade verificada na Escola Profissional –, não existe correspondente tratamento para os não docentes. É de salientar que, no âmbito do processo de municipalização, pelo menos temporariamente, todos estes trabalhadores estão sob a tutela da Câmara e que, neste setor essencial à vida das

escolas, tem havido, em muitos concelhos até o recurso a Contratos Emprego Inserção para suprir necessidades. O que, obviamente, contestamos. -----
Não há qualquer caracterização socioeconómica dos agregados familiares, nenhum cruzamento de dados quanto à origem social dos alunos. Pode não fazer parte do "caderno de encargos", mas é uma dimensão fundamental para se poderem fazer leituras sobre a dimensão democrática da escola, designadamente sobre a igualdade de oportunidades que ela está a conseguir ou não promover. Os dados revelados sobre a redução de apoios da Ação Social Escolar no ensino secundário parecem sugerir o progressivo reforço dos setores sociais menos desfavorecidos ao longo do percurso escolar. -----

Em nota de pé de página, p. 122, refere-se que o "número de auxiliares de apoio a NEE está relacionado com a existência de 313 trabalhadores inseridos nesta categoria na EB Pampilhosa do Botão". Há aqui um lapso? -----

O quadro da p. 128 sobre o número de alunos transportados não tem dados sobre alunos dos 2.º e 3.º ciclos. Há alguma razão para isto? -----

As múltiplas referências a medidas como os encerramentos são, como é evidente, de esperar. No entanto, na ausência de qualquer avaliação, reforçam a falsa imagem de inevitabilidade com que foram impostas e implementadas. O mesmo sucede, aliás, para o mega-agrupamento da Mealhada, uma imposição que não é de somenos importância para as matérias que aqui se tratam. -----

Também a municipalização, abraçada pela Câmara Municipal, num processo lamentável a todos os títulos, não é alvo de atenção e não é, também, questão menor no quadro da educação no concelho. O desejável abandono dessa coisa teria uma virtude mais: a de prolongar a atualidade do documento aqui em discussão. -----

Algumas notas finais nesta nossa intervenção. -----

São várias as menções, designadamente nos critérios orientadores do planeamento da rede, a uma disponibilidade negocial da Câmara que não parece ter grande aderência com a realidade. -----

Desde logo, como o texto reconhece, os critérios foram definidos em conjunto com os responsáveis políticos do município, deduzimos que do executivo camarário. É o seu entendimento, querer e decisão que está aqui, o que, como já aconteceu noutras matérias, combina pouco com simpáticas declarações de disponibilidade negocial. Esta é uma postura, aliás, que tem sido timbre da Câmara e do seu presidente, como ficou eloquentemente demonstrado no processo de municipalização. -----

Esta apreciação é reforçada por um dos critérios formulados em que parece confundir-se o estabelecimento de consensos com o convencimento e a aceitação das decisões. Não são a mesma coisa, na verdade! -----

Depois do que atrás dissemos sobre as situações, por exemplo, das freguesias da Vacariça e de Casal Comba, tememos que o último dos critérios específicos possa apontar ou reforçar a desvalorização de alguns dos territórios do concelho, o que não seria de aceitar. -----

Concluímos: -----

As cartas educativas – e o documento aqui discutido, assim o comprova – têm virtudes principais na descrição e na prospetiva que sistematizam. No entanto, não estamos esquecidos que o incremento do processo das cartas educativas teve uma outra finalidade que, em grande medida, as instrumentalizou: a de criar uma legitimidade artificial em torno de algumas medidas de política educativa, como foi o caso do encerramento de escolas. Em 2006, foi esse objetivo escondido por detrás de um instrumento que, mesmo com uma predominante natureza técnica, teve indisfarçáveis aproveitamentos políticos. -----

Continuando a reconhecer as tais virtudes, consideramos, em sentido contrário, que a cristalização de medidas e de políticas, visando a sua aparente legitimação continua a ser um efeito, quiçá não pretendido por alguns dos intervenientes, das cartas educativas como aquela cuja revisão aqui apreciámos. -----

Os eleitos do PCP -----

Isabel Lemos, João Louceiro” -----

(início 22 horas e 30 minutos; fim 22 horas e 42 minutos) -----

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Casal Comba que informou sobre o número de inscrições de crianças nos jardins de infância e esclareceu sobre a preocupação na conciliação dos horários dos estabelecimentos com os horários de trabalho dos pais, o que implicou a aplicação da flexibilidade de horários. (início 22 horas e 42 minutos; fim 22 horas e 44 minutos) -----

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra à Senhora Deputada Municipal, Paula Coelho, que relativamente à apresentação feita manifestou preocupação com os dados sobre a taxa de natalidade e com a explicação que o número de crianças no pré-escolar inferior ao número de nascimentos, pode significar deslocalização para outros concelhos. Questionou se foi realizado algum estudo para apurar se aqueles números podem significar que há crianças que não frequentam aquele ensino, alertando ainda para as previsões de nascimentos até 2031 e que sirvam para uma reflexão para adoção de medidas para promover a natalidade. (início 22 horas e 44 minutos; fim 22 horas e 46 minutos) -----

Foi dada a palavra ao Senhor Professor António Rochete que respondeu às questões colocadas pelos Senhores Deputados Municipais. (início 22 horas e 46 minutos; fim 23 horas e 04 minutos) -----

A Senhora Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que respondeu à intervenção do Senhor Deputado Municipal, João Louceiro, relativamente ao custo da Carta Educativa que se encontra no próprio documento e seguidamente passou a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, responsável pelo pelouro da Educação, para prestar esclarecimentos sobre o assunto. (início 23 horas e 04 minutos; fim 23 horas e 05 minutos) -----

O Senhor Vice-Presidente interveio para esclarecer que relativamente ao pessoal não docente, cerca de 20 pessoas foram incorporadas no âmbito do Contrato

Interadministrativo de Delegação de Competências, referindo ainda que a verba, transferida sempre pontualmente no âmbito do referido contrato é superior aos valores recebidos pela escola antes da celebração do mesmo. (início 23 horas e 05 minutos; fim 23 horas e 20 minutos) -----

O Senhor Deputado Municipal, João Louceiro, pediu a palavra para fazer algumas considerações sobre a intervenção do Senhor Vice-Presidente. (início 23 horas e 21 minutos; fim 23 horas e 22 minutos) -----

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa pôs a Revisão da Carta Educativa à votação. -----

Votaram a favor os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Tiago Miguel dos Santos Neves da Costa Ângelo, António Ferreira Ribeiro, Ana Paula Ribeiro Coelho, Jorge Filipe de Almeida, Maria de Lurdes de Jesus C. Bastos, Manuel Amorim da Silva, António da Silva Laranjeira, Fernando Manuel da Silva de Melo, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis e os Senhores Presidentes de Junta, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Manuel Lindo Cardoso, Claudemiro Manuel Jesus Semedo, Vítor Manuel Alves de Matos, João Carlos Ferreira dos Santos e Carlos Ferreira da Rocha Gomes e abstiveram-se os Senhores Deputados Municipais: Manuel Jacinto Gaspar Silva, Paula Cristina Cardoso P. Machado Pinto, Maria Clara Luxo Correia, Nuno Miguel Cerveira de Melo, Ana Filipa Varela Soares Pereira, Pedro Manuel Esteves de Almeida Simões, Iola Marina Gaspar Batista, Isabel Dias Santiago, Maria Isabel Pinto Lemos e João Manuel Lima Louceiro. -----

A Carta Educativa - Revisão foi aprovada por maioria com 16 votos a favor e 10 abstenções. (início 23 horas e 22 minutos; fim 23 horas e 23 minutos) -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

4) LISTAGEM DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS: -----

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, tendo o Senhor Deputado Municipal, João Louceiro, pedido a palavra, e no uso da mesma, solicitou esclarecimentos sobre a aquisição de serviços de consultadoria técnica. (início 23 horas e 23 minutos; fim 23 horas e 24 minutos) -----

Concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, solicitou a intervenção da Senhora Chefe da Divisão Financeira, Senhora Dra. Carla Amaro, para prestar esclarecimentos sobre o assunto. (início 23 horas e 24 minutos; fim 23 horas e 25 minutos) -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da LISTAGEM DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS. -----

5) REVISÃO ORÇAMENTAL: -----

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que por sua vez solicitou a intervenção da Senhora Chefe da Divisão Financeira, Senhora Dra. Carla Amaro, para prestar esclarecimentos sobre o assunto. (início 23 horas e 26 minutos; fim 23 horas e 27 minutos) -----

Dada a palavra ao Senhor Deputado Municipal, João Louceiro, solicitou esclarecimentos sobre o reforço de verbas bem como a diminuição de algumas

verbas em rúbricas no que se refere a obras na Mata do Bussaco. (início 23 horas e 27 minutos; fim 23 horas e 30 minutos) -----

O Senhor Presidente da Câmara para responder à questão colocada pelo Senhor Deputado Municipal referindo que o Município conseguiu “segurar” verbas comunitárias para fazer obras no Convento de Santa Cruz e nas ermidas, informando ainda sobre o desenvolvimento do processo de candidatura. (início 23 horas e 30 minutos; fim 23 horas e 35 minutos). -----

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa pôs o assunto à votação, tendo a Assembleia Municipal aprovado por unanimidade a REVISÃO ORÇAMENTAL N.º 1. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

6) REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA TERRITORIAL AUTÁRQUICA – PROPOSTA N.º 15/2016: -----

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que referiu que a Proposta foi aprovada, por unanimidade, pela Câmara Municipal no sentido de ser enviada ao Governo a posição da Câmara Municipal quanto ao desejo de desagregação da União das Freguesias e reposição das oito freguesias no Município. (início 23 horas e 36 minutos; fim 23 horas e 40 minutos). -----

A Senhora Presidente da Mesa concedeu a palavra à Senhora Deputada Municipal, Isabel Lemos, e no uso da mesma, leu a seguinte intervenção: -----

“Como não poderia deixar de ser, dada a luta contra a agregação de freguesias em que a CDU sempre se envolveu tão ativamente, a CDU votará a favor da deliberação hoje trazida a esta AM pelo executivo camarário. No entanto, não podemos deixar de manifestar a nossa indignação pelo facto desta AM ter votado contra a proposta de moção que a CDU apresentou na reunião ordinária do dia 29 de abril de 2016, tendo em vista a mesma finalidade. Na altura invocaram os elementos desta assembleia que os considerandos eram demasiado marcados ideologicamente e até provocadores. Pois bem, nós somos combativos e, por isso, pensamos que, quando estão em causa os superiores interesses das populações, estes têm de ser defendidos com todas as energias e com toda a força que as palavras ainda possam ter. Por isso as usamos. -----

Os eleitos da CDU -----

Isabel Lemos, João Louceiro” -----

(início 23 horas e 41 minutos; fim 23 horas e 42 minutos). -----

O Senhor Deputado Municipal, João Louceiro questionou a natureza do documento, afirmando que a CDU apoia a tomada decisão e congratula-se com a posição assumida (início 23 horas e 42 minutos; fim 23 horas e 45 minutos). -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal interveio tendo referido que o documento é uma proposta da Câmara que foi aprovada e remetida à Assembleia Municipal para que o processo pudesse ser discutido, no sentido de congregar vontades. (início 23 horas e 45 minutos; fim 23 horas e 48 minutos). -----

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa pôs o assunto à votação, tendo a Proposta n.º 15/2016, sido aprovada por unanimidade. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

7) 1ª ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL 2016 – PROPOSTA N.º 15/2016: ---

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, e na ausência de inscrições, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que prestou esclarecimentos sobre a primeira alteração ao Mapa de Pessoal de 2016. (início 23 horas e 49 minutos; fim 23 horas e 56 minutos) -----

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa colocou o assunto à votação tendo a 1ª ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL 2016 – PROPOSTA N.º 15/2016, sido aprovada por unanimidade. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

8) ATUALIZAÇÃO DE ESTATUTOS DA AGÊNCIA REGIONAL DE ENERGIA DO CENTRO (AREAC): -----

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir sobre este Ponto da Ordem do Dia, tendo o Senhor Deputado Municipal, João Louceiro, pedido a palavra, para solicitar esclarecimentos sobre a atividade e ações da agência no Concelho. (início 23 horas e 57 minutos; fim 23 horas e 58 minutos) -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que uma das ações está relacionada com a apresentação duma candidatura elaborada com a colaboração e apoio técnico da AREAC e a outra foi a da certificação energética a alguns edifícios municipais. (início 23 horas e 58 minutos; fim 24 horas) -----

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa colocou o assunto à votação tendo a ATUALIZAÇÃO DE ESTATUTOS DA AGÊNCIA REGIONAL DE ENERGIA DO CENTRO (AREAC), sido aprovada por unanimidade. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir sobre este Ponto da Ordem do Dia, tendo o Senhor Deputado Municipal, João Louceiro, pedido a palavra, para solicitar esclarecimentos. (início 24 horas e 01 minuto; fim 24 horas e 03 minutos) -----

A Senhora Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que prestou informações sobre a questão colocada. (início 24 horas e 03 minutos; fim 24 horas e 04 minutos) -----

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa colocou o assunto à votação tendo a ATUALIZAÇÃO DE ESTATUTOS DA AGÊNCIA REGIONAL DE ENERGIA DO CENTRO (AREAC), sido aprovada por unanimidade. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

9) CORREÇÕES MATERIAIS AO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE MEALHADA: -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Folha n.º 152

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, e na ausência de inscrições, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, tendo prestado esclarecimentos sobre o assunto. (início 24 horas e 04 minutos; fim 24 horas e 05 minutos) -----

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa colocou o assunto à votação tendo as CORREÇÕES MATERIAIS AO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE MEALHADA, sido aprovadas por unanimidade. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

A Senhora Presidente da Mesa interveio, referindo que a Ordem do Dia estava finalizada e que atendendo ao teor da intervenção do Senhor Deputado Municipal, João Louceiro, deveria ser esclarecido que o modo de elaboração das atas se baseia na alteração ao Regimento da Assembleia Municipal, ao artigo 56.º, aprovado por unanimidade dos deputados municipais. (início 24 horas e 06 minutos; fim 24 horas e 07 minutos) -----

A Senhora Deputada Municipal, Isabel Lemos, pediu a palavra referindo ser diferente o que consta no artigo que foi alterado e o modo como foi apresentada a ata. (início 24 horas e 07 minutos; fim 24 horas e 10 minutos) -----

E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, pelas 24 horas e 10 minutos, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada, por mim, Maria de Laçate Mendes Ferreira e Godinho Maria de Laçate Mendes Ferreira e Godinho, Técnica Superior, nomeada por Despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal, para apoio administrativo à Assembleia Municipal, e pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto no n.º 2 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro. -----

Maria de Laçate Mendes Ferreira e Godinho
